

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

ATA N° 110 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1° SECRETÁRIO - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
2° SECRETÁRIO - DEPUTADO ELARMIN MIRANDA (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, por motivos técnicos, suspendo-a por 15 minutos.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:44 HORAS E REABERTA ÀS 09:19 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Está reaberta a presente Sessão.

Solicito ao Deputado Pedro Satélite que assumira a 1ª Secretaria e convido o Deputado Elarmin Miranda para assumir a 2ª Secretaria.
(OS SRS. DEPUTADOS PEDRO SATÉLITE E ELARMIN MIRANDA ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 1º DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 20:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - "Ofício n° 1.381/99, do Ministério do Meio Ambiente, aos Srs. Deputados, informando que até a presente data foram liberados um milhão, duzentos e setenta e oito mil para o Estado de Mato Grosso, para a efetivação do Subprograma de Política de Recursos Naturais; Ofício n° 1.137/99, da Casa Civil, ao Presidente da Assembléia Legislativa, em resposta à Indicação n° 612/99; Ofício n° 1.917, da Rede Centrais Elétricas Mato-grossenses, em resposta ao Ofício SSL/2.084/99, que encaminha Indicação do Deputado Humberto Bosaipo; Ofício n°s 193/99 e 194/99, do Deputado Federal Ricarte de Freitas, em resposta aos Ofícios n° 2.619/99 e 2.566/99, que encaminham Indicação de autoria do Deputado José Carlos Freitas e Moção de Apelo de autoria do Deputado Pedro Satélite; Ofício n° 409/99, do Senador Antero Paes de Barros, em resposta à Indicação n° 495/99, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro; Ofício n° 625/99, da Secretaria de Agricultura de Assuntos Fundiários, em resposta ao Ofício SSL/2.838/99; Ofício n° 1.848/99, da Procuradoria-Geral do Estado, em resposta ao Ofício

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

SSL/2.109/99, que encaminha indicação do Deputado Pedro Satélite; Ofício nº 1.225/99, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em resposta ao Ofício SSL/2.922/99, que encaminha Indicação de autoria do Deputado Carlos Brito; Ofício nº 154/99, do Tribunal de Contas, em resposta ao Ofício SSL/2.469/99, que encaminha Requerimento solicitando informações referentes às contas do Governador do Estado no exercício de 1998.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Não havendo orador inscrito, passemos ao Grande Expediente.

Solicito ao nobre Deputado Pedro Satélite que assuma a direção dos trabalhos. (O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:31 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva, que dispõe de 15 minutos.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, eu uso da palavra, aqui, especialmente para falar sobre a última reunião do Parlamento Amazônico, que ocorreu em Brasília no dia 13, mais especificamente com o Conselho de Representantes. Na ocasião, tivemos a oportunidade de estar com o Presidente do Senado, Senador Antônio Carlos Magalhães, e discutir um pouco as questões que estão neste momento em discussão no Senado e na Câmara, como a questão da reforma tributária, da reforma política e, também, sobre a questão das CPIs do Judiciário e do narcotráfico.

Especialmente, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, Srs. Deputados, nós falamos com o Senador a respeito da questão das queimadas, da proibição das queimadas, Deputada Serys Slhessarenko, e mostramos ao Senador, e estamos mostrando ao Ministro do Meio Ambiente, ao Presidente do IBAMA, ao Presidente da República - e foi deliberado pelo Parlamento Amazônico que enviaríamos correspondência ao Presidente da República, ao Ministro, ao Presidente do IBAMA e aos nossos representantes federais -, que cada Estado vai mobilizar a sua bancada, mostrando que nós não podemos generalizar essa decisão de proibição de queimadas.

Vejam V. Ex^{as} que o Acre, hoje, tem aproximadamente quinze mil pequenos produtores, que têm autorização do IBAMA para derrubar dois, três ou até cinco hectares, e agora o mesmo IBAMA, através do Ministro do Meio Ambiente, proíbe a queimada. Ora, proibir a queimada ao pequeno produtor que sobrevive da agricultura familiar é limitar a sua sobrevivência, e nós não podemos permitir isso!

Eu quero aqui, até para que não gere dúvidas, ler o documento que foi assinado por nós e remetido ao Ministro do Meio Ambiente, colocando a posição do Parlamento Amazônico com relação a isso. A decisão não pode ser generalizada! A mesma decisão que se toma para o latifundiário não pode ser tomada para o pequeno produtor. Isso é uma questão muito clara!

Deputados Silval Barbosa, Jair Mariano, Romoaldo Júnior, Nilson Leitão, nós que atuamos lá no Nortão, e outros Deputados que defendem a área agrícola, como o Deputado Hermínio J. Barreto, Deputado Moacir Pires, Deputado Pedro Satélite, Deputado Elarmin Miranda, que foi Superintendente do INCRA, e tantos outros, nós que sobrevivemos lá no Nortão e convivemos com a base sabemos que existem queimadas criminosas, mas sabemos também que existem queimadas pela necessidade da sobrevivência familiar, Deputado Jair Mariano! E o Ministro do Meio Ambiente dá uma demonstração de incoerência

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

quando toma uma decisão generalizada, sem analisar essa situação do pequeno produtor. Então, nós resolvemos enviar um ofício ao Ministro do Meio Ambiente, em que, inclusive, pedimos uma reunião em qualquer capital da região amazônica para discutirmos essa questão. O ofício que enviamos tem o seguinte teor:

“Com o presente, venho a V. Ex^a para informar que a Associação do Parlamento Amazônico, instituição criada pelas Assembléias Legislativas dos Estados de Mato Grosso, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá, Maranhão, Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul, em reunião realizada no dia 26 de agosto de 1999, na cidade de Manaus, com o objetivo de promover o desenvolvimento humano e sustentado dos brasileiros da Amazônia, fundou o Parlamento Amazônico, ao qual nos coube presidir em sua primeira gestão.

A primeira reunião do Conselho de Representantes dos Estados, órgão formado pelos Presidentes das Assembléias Legislativas associadas, ocorreu em Brasília, no dia 13 de setembro, quando foi apreciado e aprovado o nosso Plano de Operação Semestral...”

Esse Plano de Operação Semestral, é bom explicar aos Srs. Deputados, prevê uma reunião mensal do Conselho de Representantes dos Estados, prevê uma assembléia geral em março, com todos os Deputados da Amazônia, que, inclusive, já está estabelecido que ocorrerá em Mato Grosso, prevê reuniões periódicas também da Diretoria, que é composta pelo Presidente, 1º Vice-Presidente e Secretário Executivo, e prevê reuniões das Comissões Temáticas, e cada Estado está presidindo uma Câmara Temática. Por exemplo, o Amazonas vai presidir a Câmara Temática que discute a Reforma Tributária, até porque a proposta do Dr. Samuel Ranan, Vice-Governador, foi uma proposta que ganhou muitos adeptos em função de ele combater a Reforma Tributária na origem, é necessário dizer. Eu não vi ninguém se levantar, até agora, e dizer “eu sou contra essa Reforma Tributária por isso ou aquilo”. Vi muitas pessoas dizerem que são contra a Reforma Tributária, mas ainda não as vi dizerem por quê. O Dr. Samuel Ranan combateu a Reforma Tributária na sua origem, sobre qual tipo de Federação que queremos, se a Federação que queremos é essa, que dá a uma região de mais de 55% de extensão territorial nacional apenas 12% dos recursos federais, ou se nós queremos continuar investindo onde não tem retorno e abandonar os investimentos que têm sido feitos no Centro-Oeste e no Norte, que têm respondido com maior agilidade. O crescimento do PIB dessa região foi superior em mais de 50% ao das demais regiões, na mesma proporção de investimento.

Os recursos públicos foram sempre menores do que os recursos privados, Deputada Serys Slhessarenko. Para cada centavo de recurso público investido na Região Amazônica, houve dois centavos de investimento da iniciativa privada. Nós precisamos avaliar isso e discutir a Reforma Tributária desde a sua origem.

“...Nesta Reunião, o Conselho, por unanimidade, definiu como ponto a ser discutido a recente Portaria Ministerial nº 331, de 02 de setembro de 1999, que proibiu as queimadas de forma generalizada, o que entendemos ser uma decisão que agride ações sociais desenvolvidas pelo próprio Governo Federal, que nos últimos anos promove diversos assentamentos de famílias na Amazônia, e essas milhares de famílias de pequenos agricultores não poderão, Sr. Ministro, ter o mesmo tratamento dos latifundiários ou dos grandes empreendimentos agropecuários, pois queimadas de pequenas áreas são imprescindíveis para o plantio de culturas que, na maioria das situações, servem diretamente à sua sobrevivência.

Vemos com maior preocupação ainda aquelas famílias recém-assentadas que estão iniciando as suas atividades, agora interrompidas sumariamente pela proibição expressa da Portaria nº 331. O que farão esses trabalhadores para sobreviverem?...” - Continuarão ainda mais dependentes das ações do INCRA, Deputado Elarmin Miranda? Onde buscarão a sua subsistência? - “...Essa medida vem ainda para dificultar as ações do INCRA e o seu compromisso de promoção da reforma agrária, comprometendo, além da sua política, as ações sociais priorizadas pelo Governo Federal para a região. Cremos que o resultado dessa ação será o agravamento da crise social na Amazônia, o aumento da pressão sobre as cidades, a ampliação de nossa vulnerabilidade ao narcotráfico e a segurança mesmo de nossas fronteiras.

Certos de sua sensibilidade para esse problema e sabedores da importância de se evitar as queimadas e os negativos resultados que elas promovem, aproveitamos para convidá-lo para nos reunirmos em qualquer capital da Amazônia, para que possamos expressar pessoalmente nossos propósitos e explicitar nossas preocupações no que se refere às áreas de sua Pasta.”

Ora, Srs. Deputados, eu ouvi um colega, há poucos dias, político, não é Deputado, é um Prefeito, dizer: “Olha, eu não sei o que vai acontecer com o meu município, mas o tema ganhou uma proporção tão grande que eu não tenho coragem de trazê-lo à tona”. Eu quero dizer que nós políticos temos a obrigação de trazer esse assunto à tona, Deputado Elarmin Miranda, sob pena de o Nortão, sob pena de a Amazônia, as regiões agrícolas, as famílias que sobrevivem dessa agricultura familiar terem sua sobrevivência inviabilizada. E nós temos que mostrar ao Ministro que existe uma incoerência, porque quando o INCRA assenta e entrega a terra para se produzir, o cidadão obtém autorização de desmate do IBAMA, mas o Ministério do Meio Ambiente proíbe a queima. Ora, deveria ter se proibido a derrubada, deveria ter se proibido o assentamento das famílias nas regiões produtivas.

É um presente de grego o assentamento do INCRA, hoje, Deputado Elarmin Miranda. O cidadão que recebe uma área do INCRA não tem garantia de sobrevivência nela, e nós não podemos permitir que isso ocorra! As queimadas são prejudiciais? São, sim, as queimadas criminosas! E a maioria das queimadas em Mato Grosso é criminosa! A maioria das queimadas em Mato Grosso não foi feita pelos produtores, basta verificar que todo fogo se iniciou às margens das estradas, à beira das estradas, e queimou as propriedades. O Nortão inteiro estava em chamas há poucos dias, mas se se procurasse o autor da queimada não se encontraria. Então, nós temos a obrigação de trazer esse assunto para discussão. Preocupame! Eu não tenho constrangimento nenhum em defender aqui, Deputado Carlão Nascimento, que se precisa estudar com mais critério essas medidas do Ministro do Meio Ambiente...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Solicito ao Deputado Jair Mariano que assuma a direção dos trabalhos, pois eu gostaria de pedir um aparte ao Deputado Riva.

(O SR. DEPUTADO JAIR MARIANO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:42 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (JAIR MARIANO) - Continua com a palavra o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Precisa haver mais critério nessas decisões, Deputada Serys Shessarenko. Nós não podemos tomar decisões sem analisarmos o impacto dessas decisões na base. Será que o Ministro não sabe - eu acho que ele deve saber, porque, inclusive, ele é da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

Amazônia, é lá do Maranhão - que atrás de uma decisão dessa existem centenas e centenas de famílias?!

Nós precisamos tomar algumas medidas, sim, contra as queimadas criminosas, mas não podemos tomar medidas contra famílias de produtores, Deputado Gilney Viana, que foram assentadas pelo Governo Federal...

O Sr. Pedro Satélite - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RIVA - Concedo um aparte a V. Ex^a, Deputado Pedro Satélite.

O Sr. Pedro Satélite - Sr. Presidente, nobre Deputado Riva, eu estive ouvindo atentamente o brilhante pronunciamento de V. Ex^a e não poderia deixar de fazer um aparte, porque essa questão das queimadas atinge todo o Estado de Mato Grosso, o Brasil e principalmente a nossa região. Eu concordo plenamente com o seu raciocínio. Eu até deixaria aqui, a título de sugestão, a maneira como nós fizemos, Deputado, em Mato Grosso - o Governo Dante de Oliveira, juntamente com os pecuaristas, com os pequenos produtores -, quando nós trabalhamos, através do INDEA, na erradicação da febre aftosa no Estado, trabalhando em cima de uma conscientização, Deputado, uma conscientização por parte do Governo, de toda a mídia do Estado de Mato Grosso, de todos os pecuaristas, de todos os pequenos trabalhadores, e nós conseguimos erradicar a febre aftosa aqui em Mato Grosso. E enquanto for perseguido, enquanto se tratar esse caso com incoerência e com falta de habilidade, enquanto o IBAMA persistir em deslocar funcionários do Rio de Janeiro, de Brasília, simplesmente...

E eu faço aqui...

(O SR. PRESIDENTE JAIR MARIANO FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Pedro Satélite - ...Deputado Riva, até uma denúncia - e nós deveríamos, no futuro, fazer um levantamento -: os funcionários do IBAMA, a sua grande maioria, em nível nacional, quando vêm para Mato Grosso, vêm para pegar propina; e, para mostrar trabalho, eles multam um ou outro pequeno trabalhador, crucificando esse trabalhador.

Há poucos dias, o atual Superintendente, que é um incompetente, que não sabe o que está fazendo naquela cadeira - de tão ruim e incompetente que ele é, eu não me lembro do nome dele, sei que é primo do Senador Carlos Bezerra -, simplesmente, quando eu fui pedir a ele que quebrasse uma multa de dezessete mil reais que o IBAMA fez contra um trabalhador, Deputado Silval Barbosa, lá em Matupá, um assentado, cuja terra não vale quinze mil reais, ou pelo menos que cobrasse o que era justo, porque aquilo era injusto, ele me respondeu que eu não poderia ir lá com esse tipo de proposta, achou que o que eu estava pedindo era indecente. Eu falei que indecente era ele querer quebrar mais um trabalhador, que vai ter que vender a terra, e mesmo assim o valor não paga a multa, e que vai ser mais um favelado, Deputado Gilney Viana, nas favelas aqui de Cuiabá, das grandes cidades. É muito sério! Nós precisamos, realmente, tomar algumas medidas e não deixar que isso persista, porque não podemos continuar...

(O SR. PRESIDENTE JAIR MARIANO FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Pedro Satélite - ...Permite-me mais um minuto, Deputado Riva?

O SR. RIVA - Permito.

O Sr. Pedro Satélite - Não podemos deixar que isso persista aqui em nosso Estado. Precisamos, urgentemente, fazer alguma coisa.

Uma das sugestões que eu daria aqui - e com certeza o Parlamento Amazônico agora irá fazer um trabalho -, é nós também fazermos um trabalho de conscientização no Estado, porque nós entendemos que o cidadão, Deputado Elarmin Miranda, que recebe vinte e um alqueires de terra, ele sabe que com três alqueires de mata derrubada ele tem como sobreviver. Então, esse ano ele derruba três hectares, no ano que vem mais cinco hectares, a madeira ele nem vende, ele a doa, porque não tem quem pague o valor que deveria pagar. Se ele tivesse consciência, Deputado Riva, que ganharia muito mais em deixar a madeira dele em pé, que seria um investimento muito maior do que derrubar a mata, simplesmente por derrubar, e não fazer nenhum aproveitamento, ele não derrubaria tanto como ele derruba. Nós temos centenas de áreas que estão virando capoeirão, como nós chamamos, e a madeira, infelizmente, não teve nenhum proveito.

Agora, só para concluir, Deputado, o grande problema, realmente, está nos grandes latifundiários que derrubam cinco, dez, quinze mil alqueires...

E não está também, Deputado Gilney Viana, nos madeireiros. Os madeireiros não são os vilões, eles tiram uma árvore, porque ela já tem idade para ser retirada. Então, isso nós devemos debater, e muito, aqui nesta Casa. Muito obrigado, Deputado Riva.

O SR. RIVA - Deputado Pedro Satélite, eu agradeço a sua intervenção...

O SR. PRESIDENTE (JAIR MARIANO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunico que V. Ex^a dispõe de três minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. RIVA - Agradeço.

Eu quero apenas complementar, Deputado Gilney Viana, dizendo que o Governo do Presidente Fernando Henrique, do meu Partido, tem cometido algumas incoerências. Eu tenho colocado claramente que deveríamos ter feito uma análise na hora da desapropriação da área, no assentamento das famílias. Certa feita, eu fiz aqui algumas denúncias de que alguns assentamentos eram feitos sem essa análise. E a maioria inclusive, Deputado Pedro Satélite, dos pequenos produtores, dos assentados, dos sem-terra assume a área já sem a madeira - é bom dizer isso -, porque os donos das áreas, os latifundiários já extraíram a madeira, quando venderam a área para o INCRA. O coitado do trabalhador entra na área, autorizado pelo INCRA, através do título de emissão de posse, derruba os três hectares com autorização do IBAMA, e aí ele é proibido de queimar. Ora, é muita incoerência, é muita insensibilidade, é muita falta de sintonia com o que acontece neste País.

Eu vou cobrar do Ministro do Meio Ambiente, do Presidente do IBAMA, do Presidente Fernando Henrique, do Presidente do INCRA, a necessidade de uma política coerente para os pequenos produtores. Concordo, sim, e já citei aqui, que as queimadas criminosas, principalmente as dos grandes latifundiários, têm que ter um tratamento diferenciado, mas o pequeno produtor não pode estar generalizado nessa decisão.

Vejam, Senhores, o caso do Acre. Corre-se o risco de parar o Acre! A maioria dos pequenos produtores já derrubou... Sessenta dias de suspensão da queimada, Deputado Emanuel Pinheiro, representam que nós vamos chegar em novembro, e vejam os Senhores que só se queima, lá no Acre especialmente, até 30 de setembro... Ora, era melhor que o Governo dissesse que está proibida a queimada definitivamente, e quem derrubou perdeu, só que o Governo teria que indenizar esses pequenos produtores, para poder proibir a queimada, teria que mostrar uma alternativa a essas famílias, para elas continuarem a sua sobrevivência sobre a área.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Nós não discordamos que queimada é prejudicial, nós não discordamos que existe queimada criminosa, nós não discordamos de nada disso; nós discordamos é de uma política incoerente, que assenta família e, depois de desapropriada a área, depois de pago o latifundiário, na hora em que o pequeno produtor vai começar a produzir, ele fica impedido em função de uma decisão sem fundamento, sem analisar, Deputado Gilney Viana, o que acontece na base. Essa é a falta de sintonia que nós vamos cobrar do nosso Governo.

Agradeço, Sr. Presidente, a compreensão.

O Sr. Silval Barbosa - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (JAIR MARIANO) - Com a palavra, pela Liderança, o nobre Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Eu solicitei a palavra, pela Liderança, Sr. Presidente, demais Deputados, Sr^a Deputada Serys Shessarenko, para tratar do mesmo assunto, porque eu não tive a oportunidade de apartear o Deputado Riva.

Sr. Deputado, eu vejo que as medidas tomadas pelo Ministro são, na minha opinião, irresponsáveis, porque ele edita uma medida limitando os prazos para as queimadas. No caso de quem tem autorização, ele determinou que as queimadas de derrubadas novas só poderiam ser feitas em setembro - e já é um período praticamente esgotado, porque em setembro já está chovendo, e a grande maioria das pessoas que derrubaram, estava obedecendo ao prazo. E hoje, infelizmente, nós vemos ser editada uma Portaria, essa, sim, na minha opinião, totalmente irresponsável, proibindo as pessoas que estavam seguindo o prazo da lei, que era de queimada em setembro.

Eu gostaria de deixar aqui uma sugestão para o Parlamento Amazônico, também, em relação a outra medida tomada pelo Governo Federal, que prejudicou, e muito, os pequenos produtores rurais do País, uma medida em que os assentamentos não ainda emancipados, mas que estão em andamento, com decreto e tudo, não são contemplados pelo PRONAF. Esse documento é um pedido que eu recebi aqui dos agricultores, representando os municípios da região Norte, porque hoje o PRONAF não contempla esses assentamentos que estão em andamento. É outra medida injusta que o Governo Federal tomou também para com o pequeno agricultor, porque é um recurso através do qual ele teria uma facilidade muito grande de benefício para sua propriedade.

Eu quero passar uma cópia desse documento para o Presidente do Parlamento Amazônico, que eu tenho certeza de que tem uma força muito grande para discutir isso lá no Congresso Nacional, para ver se o Governo revê essa medida e insere o PRONAF, estendendo essa linha para aqueles assentados que já têm decreto das áreas, pelo Presidente da República...

O Sr. Gilney Viana - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. SILVAL BARBOSA - Concedo o aparte ao Deputado Gilney Viana.

O Sr. Gilney Viana - Permita-me dialogar com V. Ex^a e também com o Presidente Riva, que é Presidente do Parlamento Amazônico. É um diálogo em que nós queremos mostrar as nossas diferenças e também as possibilidades de agirmos de uma forma conjunta.

As nossas diferenças dizem respeito à necessidade ou não de o Governo intervir de uma forma radical sobre a incidência das queimadas. Eu acho que o Governo agiu corretamente, embora tardiamente. O problema do Governo Fernando Henrique é o seguinte: quando ele faz a coisa correta, ele já faz depois que o leite está derramado. É o caso dessa

instrução normativa, dessa Portaria que suspendeu por sessenta dias as autorizações de queimadas.

E por que eu acho que ele agiu corretamente, embora tardiamente? Porque se nós olharmos o que está acontecendo, há dois fenômenos que a estatística está mostrando. Não obstante ter caído o número total de focos de queimadas tanto na Amazônia, como em outras regiões no Brasil, ocorreram duas particularidades estatísticas: na Amazônia a extensão dos focos foi maior do que no ano anterior - a extensão, a língua de fogo das queimadas -; e que o fogo se expandiu muito fora da Amazônia, o que é um fato, vamos dizer assim, ruim também. Ruim, porque não se queimou apenas na Amazônia, mas se queimou no Paraná, em Santa Catarina e até no Rio Grande do Sul. E digo mais, este ano não é ano de *El Niño*; então, não adianta culpar o *El Niño*, é evidente que é ação antrópica, quer dizer, ação do homem mesmo.

Quando nós fomos ver as estatísticas, o que aconteceu? Particularmente, Mato Grosso e o Sul do Pará estão ameaçados por grandes incêndios florestais. O grande temor que o Ministro teve, e nisso ele agiu corretamente, foi que ocorressem grandes incêndios florestais lá na região de V.Ex^a, lá no Nortão, e se ocorressem, eles não teriam - quer dizer, o Governo, os Bombeiros e o Exército -, a capacidade para se mobilizar a tempo de evitar grandes danos aos proprietários, além do meio ambiente. Então, a medida do Ministro do Meio Ambiente foi correta.

Gostaria de dizer para V. Ex^a que o Ministro Sarney Filho me telefonou antes de tomar providência, porque eu tenho um bom relacionamento com ele, e ele sabe que nós estamos preocupados com as queimadas na Amazônia - ele estava chegando da França, telefonou-me, e eu ainda estava aqui, em trabalho. Eu falei para o Ministro: Ministro, V. Ex^a não pode dar uma de Krauze... O Nero, que é o Governador lá de Roraima, quer dizer, ele assistia ao Estado queimar, e ele ficava tocando harpa lá no palácio. O Dante está mais ou menos como o Nero aqui, e ele dando uma de Pilatos no caso... Eu falei: O Senhor vai ser desmoralizado, Ministro, se o Senhor não tomar uma providência!...

(O SR. PRESIDENTE JAIR MARIANO FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Gilney Viana - ...Eu termino em um minuto.

Então, eu não sei se foi isso que o motivou a tomar uma decisão ou não. Aliás, na Amazônia tem muita gente que fala que eu sou o autor da Medida Provisória nº 1.511, do Decreto Lei sobre a queimada, da coisa do mogno, porque eu fiz um estudo sobre isso e, na verdade, subsidiei o Governo a tomar medidas corretas e corajosas. Nesse caso, ele tomou tardiamente, mas foi correto. Sei que prejudica pequenos produtores que estavam autorizados a fazer essa derrubada, neste caso tem que se negociar alternativas concretas que possam resolver problemas concretos, e não abrir políticas gerais, que incentivem as queimadas, a poluição do ar, o efeito estufa, a perda de carbono, essas coisas todas.

Então, eu resumo, dizendo que Mato Grosso, até 1993, participava com 30% do total das queimadas da Amazônia. A partir de 1993 começou a participar com um índice entre 55% e 60% do número de queimadas da Amazônia. Então, nós somos o maior queimador, o maior destruidor da Amazônia aqui em Mato Grosso, e é por isso que nós devemos, repito, apoiar essa iniciativa para que nós possamos conversar como gente grande, porque o Ministro, o IBAMA, a FEMA têm o mapa das queimadas, onde se localiza, dia a dia, hora a hora, sabem a qualquer hora onde estão as queimadas. Então, nós podemos, é claro,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

fazer políticas corretivas de curto prazo, mas as de longo prazo V. Ex^a sabe que dependem de outras iniciativas.

Eu peço desculpas pelo longo aparte, Deputado, e agradeço pela sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (JAIR MARIANO - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Deputado Silval Barbosa, V. Ex^a dispõe de três minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. SILVAL BARBOSA - Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Deputado Gilney Viana pelo aparte, e eu não sabia desse bom relacionamento que V. Ex^a tem com o Ministro. Eu gostaria até que V. Ex^a fosse também para o Norte do Estado, V. Ex^a que é um grande conhecedor, a meu convite, para nós vermos lá, de perto, os problemas.

Eu concordo em parte com o que V. Ex^a disse, mas o Ministro tem que tomar uma medida em relação a essas queimadas antes do tempo, essas queimadas sem autorização - queimadas essas muito irresponsáveis também -, queimadas criminosas, porque nem o proprietário gostaria de ver a sua propriedade queimada, mas infelizmente entra fogo nela.

Agora, nós estamos contestando aqui, Deputado Gilney Viana, uma medida tomada em cima de uma autorização, em cima de uma Lei. Quer dizer, quem está certo, hoje, está pagando pelo errado, por aqueles que queimaram sem autorização, sem nada. E estava um caos não só em nosso Estado, mas no País na questão das queimadas. Nós estamos discutindo aqui o prejuízo daqueles que investiram o seu último tostão numa queimada autorizada pelo IBAMA, para queimar numa época certa - e a época certa é agora -, mas agora foi tomada uma medida proibindo-o de queimar.

Quer dizer, há uma injustiça também que deve ser corrigida para não causar prejuízo para essas pessoas, que podem, como disse o Deputado Pedro Satélite, tornar-se favelados no dia de amanhã. E não é só o pequeno! Tem derrubadas grandes também, porque os grandes estavam seguindo a Lei, e se não for revista esta medida, com urgência, não adianta, porque daqui a sessenta dias as chuvas começam, vai ser o período mais chuvoso, e eles não queimam mais, mesmo que eles queiram!

Então, eu gostaria de agradecer o seu aparte, Deputado Gilney Viana, e à Mesa pelo tempo que nos concedeu. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JAIR MARIANO) - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia (PAUSA). Logo após a Ordem do Dia, nas Explicações Pessoais, usará a palavra o nobre Deputado Moacir Feres.

A Presidência agradece a presença dos alunos do Colégio Objetivo aqui nesta Casa, participando do Programa Por Dentro do Parlamento, acompanhados dos Professores Carlos Veggi, Fernanda Tejo Magalhães e Ivan Macedo.

Solicito ao nobre Deputado Pedro Satélite que reassuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE REASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 10:02 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em 2^a discussão, Projeto de Lei n^o 189/99, de autoria do Deputado Carlão Nascimento, que dispõe sobre a cota salário-educação entre o Estado e Municípios, conforme a Emenda Constitucional n^o 14, de 12.09.96, e Art. 2^o da Lei Federal n^o 9.766, de 18.12.98. Com Parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO). Em discussão o Artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 5º (LIDO). Em discussão o Artigo 5º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 6º (LIDO). Em discussão o Artigo 6º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 7º (LIDO). Em discussão o Artigo 7º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 8º (LIDO). Em discussão o Artigo 8º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 9º (LIDO). Em discussão o Artigo 9º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 10 (LIDO). Em discussão o Artigo 10. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 116/99, de autoria do Deputado Riva, que dispõe sobre a proibição de jogos que estimulem ou despertem a violência no território do Estado de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão de Segurança Pública e Comunitária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

“Art. 1º Fica proibida, no território do Estado de Mato Grosso, a instalação de equipamentos com o uso de jogos que estimulem ou despertem a violência.” Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

“Art. 2º A proibição de que trata o artigo anterior se aplica às pessoas de todas as idades, a locais públicos, inclusive de acesso restrito, tais como clubes, casas de jogos, bingos, *playcenters* e *playlands*.” Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

“Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.” Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 77/99, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que dispõe sobre normas de divulgação de publicidade e propaganda oficial do Poder

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

Executivo e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

A Sr^a Serys Slhessarenko - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para discutir, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos aqui um Projeto, com parecer contrário, que dispõe sobre normas de divulgação de publicidade e propaganda oficial do Poder Executivo e dá outras providências.

Diz aqui em seu art. 1º, parágrafo único, que: “Para os fins do presente artigo, considera-se comunicação oficial toda a divulgação ou informação, bem como o conjunto de procedimentos destinados a tal fim, de iniciativa do Poder Executivo do Estado, e Fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta ou Fundacional, inclusive empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, tenha maioria do capital social, quer tenha objetivos persuasivos ou não, e independentemente do público-alvo da mensagem.

Art. 2º A comunicação oficial incluirá, dentre outras, as seguintes categorias:

I - publicidade...

II - comunicação de utilidade pública...

III - propaganda...

IV - edital...

Art. 3º As normas contidas na presente lei serão aplicadas a todos os veículos de comunicação internos ou externos, à Administração Estadual, inclusive jornais, revistas, rádios, televisões, cinemas, cartazes, painéis, letreiros, *outdoors*, livros, livretos, catálogos, folhetos, cartas e similares, bem como a todos os tipos de publicação, inclusive editais, tabelas, avisos, comunicados, intimações, convocações, convites e similares.”

Na justificativa o Deputado coloca a importância deste projeto e, inclusive, afirma: “Por fim, queremos ainda afirmar que o presente se apresenta em consonância ao que estabelece o Art. 37 da Constituição Federal, que dispõe:

‘Art. 37 A administração pública direta ou indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e, também, ao seguinte:...

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

Srs. Deputados é um absurdo um parecer contrário a tal Projeto, porque ele só estaria reafirmando um princípio constitucional, da nossa Constituição Federal. Chega de nós convivermos com as propagandas dos Governos à custa do nosso dinheiro, fazendo promoções pessoais. Eu não entendo por que o parecer contrário a esse Projeto de Lei. Eu, inclusive, pedi a palavra já para declarar o meu voto. Eu vou votar... O parecer está contra, e eu vou votar contrário ao parecer, pela aprovação deste Projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

encontram (PAUSA). Aprovado, com os votos contrários da Deputada Serys Slhessarenko e do Deputado Moacir Pires.

O Sr. Moacir Pires - E o Deputado Romoaldo Júnior, ele também...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Eu solicito ao Deputado Romoaldo Júnior que diga se é a favor ou contra.

O SR. ROMOALDO JÚNIOR (DE SUA BANCADA) - Contra.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com o voto contrário do Deputado Romoaldo Júnior também. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 04/99, de autoria da Deputada Serys Slhessarenko, que dá acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAF a todos os Deputados do Estado de Mato Grosso. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o parecer...

A Sr^a Serys Slhessarenko - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para discutir, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Projeto, de nossa autoria, dispõe sobre o acesso dos Deputados Estaduais ao Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAF.

Eu não entendo! O que o Governo tem a esconder? Por que não permitir que os Deputados, os Srs. Deputados, que são os eleitos para uma série de funções... Para fazer Leis? Sim, para fazer leis. Para fiscalizar? Para fiscalizar, para denunciar e para anunciar. Eu costumo citar essas quatro palavras. Agora, como fiscalizar, se nós estamos totalmente impossibilitados de ter acesso às informações pelo Poder?

Para se conseguir uma informação, aqui, tem que apresentar um requerimento e esperar trinta dias, e, muitas vezes, denunciar o Governo por crime de responsabilidade, porque ele passa trinta, sessenta dias sem fornecer essas informações.

E a solicitação de que os Deputados tenham acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira, Senhores, é um discurso, inclusive, do próprio Governo, que se diz tão transparente e que está aí para dar acesso às informações. Nós Deputados não sabemos... Nós ficamos sabendo quanto foi a arrecadação, quanto se gastou e no que se gastou, em rápidas traçadas, três meses depois - e quando se fica sabendo, quando o Governo resolve mostrar isso via imprensa. É um absurdo, Senhores!

Eu até gostaria de ler, preciso ler, a justificativa do Parecer do Relator, do porquê desse Parecer contrário ao nosso Projeto.

Eu peço aos Srs. Deputados que votem contra o Parecer contrário. Eu peço ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Carlão Nascimento, que está presente, que dê uma lida, porque é um Projeto importante, é um Projeto que vai nos levar à transparência administrativo-financeira deste Governo. E se é um Governo democrático, como é dito - pelo menos nos discursos ele é democrático-participativo, etc. -, negar informação, negar a aprovação de um Projeto de Lei que, simplesmente, vai trazer informações aos Srs. Deputados... Como eu posso fiscalizar, como eu posso responder à sociedade que me elegeu para estar aqui no lugar de tantos milhares de votos que foram dados aos Parlamentares de Mato Grosso para virem para esta Assembléia Legislativa, e que agora não podem desempenhar, estão privados de desempenhar o seu papel por conta da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

negativa... Srs. Deputados, vamos assegurar o exercício do nosso direito, do poder que temos para fiscalizar. É importante, Senhores!

Eu conclamo os Srs. Deputados a votarem contrários ao Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Eu pediria...

O Sr. Carlão Nascimento - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, peço vista ao presente Projeto.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, nobre Deputado. Portanto, encerra-se a discussão do referido Projeto neste momento.

A SR^a SERYS SLHESARENKO - Muito obrigada, diante do pedido de vista do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, encerra-se o meu pronunciamento. Eu espero que seja revisto esse Parecer com urgência. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Esgotada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Moacir Pires - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, nobres Pares, estudantes e plenário que nos assistem:

Ouvindo o discurso, atentamente, do Deputado Riva, e de V. Ex^a também que preside esta Sessão, Deputado Pedro Satélite, em que V. Ex^a criticou o Superintendente do IBAMA, de quem V. Ex^a também não sabe o nome, eu quero fazer jus aos discursos de V. Ex^{as} e dizer que eu sou totalmente favorável, juntamente com os Parlamentares que defendem a classe produtora do nosso Estado, porque, às vezes, o político tem mania de dar cargo político a pessoas que não merecem.

A pessoa, para ocupar um cargo, tem que ser profissional! De que adianta um Presidente, um Diretor autorizar o desmatamento e, depois, não autorizar a queima deste desmatamento. Conforme disse o Presidente Riva aqui no Plenário, todo o serviço fica perdido e o cidadão que se sacrificou no cabo do machado e da foice, desmatando o seu pedacinho de terra para plantar o seu sustento e de sua família, os seus três ou cinco hectares, fica prejudicado para o próximo ano, porque o IBAMA vai lá com altíssimas multas.

Então, quero colocar aqui que o PFL é favorável a essa discussão, levando ao conhecimento desse cidadão que nós estamos aqui na Assembléia Legislativa defendendo os pequenos produtores que vão para o mato, que sofrem com a picada de mosquito, com a malária, que sofrem com sua família, e, mesmo assim, depois vai um cidadão lá, com altíssimas multas, sem saber do sofrimento desses pequenos produtores.

Então, fica aqui nossa indignação, nosso favorecimento a seu discurso, Sr. Presidente, e, como representante da classe produtora deste Estado, também me indigno com esse cidadão que vem aqui no Mato Grosso, sem saber porque está sentado atrás daquela mesa, aplicar várias multas a esses pequenos produtores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Deputado Benedito Pinto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. BENEDITO PINTO – Sr. Presidente, Deputado Pedro Satélite, Srs. Deputados, assistência:

Inscrevi-me nas Explicações Pessoais para fazer um breve comentário sobre o compromisso que o Governador do Estado, Dante de Oliveira, cumpriu com o Deputado Benedito Pinto, com Várzea Grande, com Nossa Senhora do Livramento, com Poconé, com Jangada, com parte de Rosário Oeste e Barra do Bugres, e com o Estado de Mato Grosso.

Propusemos nesta Casa um projeto criando uma Residência do DVOP no Município de Várzea Grande, e o Governador instalou e inaugurou, no sábado próximo passado, uma grande Residência do DVOP no Estado. Eu tive a sorte de contar com a presença dos Deputados Carlão Nascimento, Pedro Satélite, Eliene e Amador Tut, que comigo estiveram nessa inauguração. E o Governo do Estado não só inaugurou uma Residência, mas também colocou equipamentos para poder atender a demanda da área dessa Residência. A 14ª Residência do DVOP tem a finalidade de atender todo o Pantanal Mato-grossense praticamente - ela terá a responsabilidade de conservar as estradas dos Municípios de Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, parte de Barra do Bugres e parte de Rosário Oeste.

Então, dentro dessa área, nós temos todas as estradas principais que dão acesso ao Pantanal Mato-grossense, com exceção da que vai de Santo Antônio de Leverger a Barão de Melgaço. Então, nós temos o prazer de comunicar isso aqui e dizer a todos os presentes que a Residência do DVOP em Várzea Grande terá uma função ecológica, porque ela vai cuidar do Pantanal Mato-grossense...

O Sr. Moacir Pires (DE SUA BANCADA) - Nossa Senhora do Livramento também.

O SR. BENEDITO PINTO - ...nestes municípios citados. Sem dúvida, nós teremos como cobrar do Governo a conservação das estradas, não só das estradas pavimentadas que compõem esses municípios, como também das estradas não pavimentadas, que necessitam de constante conservação - teremos como cobrar, agora, com a Residência de Várzea Grande.

Entendíamos que nós tínhamos que dar condições a essa importante região do Estado, porque hoje, em termos de turismo, em termos ecológicos, nós temos que ter todo o cuidado para que possamos ter no Pantanal Mato-grossense o espelho para o Estado de Mato Grosso. E como nós, com a Residência nº 01, de Cuiabá, tínhamos dificuldade para dar assistência a todos esses municípios, nós não tínhamos como projetar o desmembramento.

Com isso, de MTs pavimentadas, nós temos a principal, a MT-070, que vai a Poconé; a MT-060, que sai da BR-070 e vai a Poconé; a MT-451, que vai da MT-060 até a BR-070... Nós temos a MT-246, que liga Jangada a Barra do Bugres, que está em fase de implantação e se trata de uma MT importantíssima, porque ela atinge uma área de produção que precisa ser mantida da melhor forma. E de MTs não pavimentadas, nós temos parte da MT-060, que é a Transpantaneira, que vai até Porto Jofre, numa extensão importantíssima para o turismo do Estado de Mato Grosso, é a estrada por onde passam as pessoas que vêm visitar o Pantanal Mato-grossense, é uma estrada que tem mais de cem pontes que devem ser conservadas e que devem ser melhoradas, é uma estrada que mostra o potencial turístico do Estado de Mato Grosso, que é o Pantanal.

Hoje, por onde se vai no Brasil e até fora, Mato Grosso tem como referência o Pantanal Mato-grossense, e a estrada Transpantaneira é a referência para os turistas que vêm

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

para Mato Grosso, porque é a estrada que dá acesso aos principais rios que passam e que têm os peixes do Pantanal.

E ainda temos a MT-251, que liga Várzea Grande, de Capão Grande até o Pirizal, que é uma região que passa por Joselândia - e aqui o nosso livramentense Francisco Monteiro está nos afirmando -, que está dentro do Município de Nossa Senhora do Livramento. Nós temos também a MT-450, que sai de Várzea Grande e que vai até o Piraim, que é outra estrada importante, que está às margens do Rio Cuiabá, passando por Praia Grande. Nós temos a MT-270, que sai de Poconé e que vai até Barão de Melgaço, que está dentro da área dessa Residência; e a MT-160, que é a MT de implantação, que sai da MT-246, que é a estrada do calcário aqui na nossa região. Nós temos, mais ou menos, uma extensão de 120 quilômetros, ela sai da BR-070 e vai até a MT-160.

Então, eu acredito que seja uma grande área de preservação, além do que, na criação dessa Residência, nós temos um artigo que autoriza também o Governo a fazer parceria com prefeituras e com a iniciativa privada, para que possamos dar condições de trafegabilidade para os nossos turistas e para todos que precisem das estradas. É uma estrada de produção...

O Sr. Silval Barbosa – V. Ex^a me concede uma aparte?

O SR. BENEDITO PINTO - Apenas um momento, nobre Deputado Silval Barbosa.

Portanto, é importantíssima a Residência, assim como as outras que existem. Há hoje, praticamente, dezesseis Residências criadas no Estado, esta é a 14^a que está sendo colocada em funcionamento. E a 15^a e a 16^a Residências são da região dos Deputados Silval Barbosa e Pedro Satélite, e da minha região, porque eu sou no Norte, e estamos trabalhando em conjunto para que possamos, através do Governo, implantar a Residência de Peixoto de Azevedo, que está criada para atender aquela região...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) – Inclusive, Deputado Benedito Pinto, eu fiquei muito feliz com a implantação da 14^a Residência, e inclusive comentei que ficaríamos mais feliz se fosse implantada em Peixoto de Azevedo.

O SR. BENEDITO PINTO - Concedo um aparte ao Deputado Silval Barbosa.

O Sr. Silval Barbosa - Sr. Deputado, quero parabenizá-lo por essa luta incansável, V. Ex^a conseguiu a efetivação desse pleito, inaugurando uma Residência em Várzea Grande. Como V. Ex^a mesmo disse, V. Ex^a é um Deputado que nós consideramos ser também da nossa região, até pela expressão de votos e pela atuação que V. Ex^a tem ao longo desse tempo como Deputado do Estado de Mato Grosso.

Eu gostaria de contar com V. Ex^a nessa luta pela criação e implantação de uma Residência em Peixoto de Azevedo, que é um pleito nosso, porque a nossa região não tem nada a ver com a Residência hoje criada lá em Alta Floresta, uma Residência que não consegue atender nem aquela região de Alta Floresta, pela quantidade de MTs que há em nossa região.

Esta Residência que eu pleiteei em uma indicação para a nossa região, ela vai abarcar MTs como a 419, a 080, a 410, enfim todas as outras, aproximadamente setecentos quilômetros de estradas. A maioria dessas rodovias, quando chega essa época, está em situação precária, e nós realmente só vamos conseguir amenizar essa situação, mesmo em

parceria com as prefeituras, quando definitivamente nós tivermos uma Residência implantada.

Portanto, agora que já foi conseguido este pleito, eu gostaria que V. Ex^a também nos ajudasse, pegasse como bandeira a implantação da Residência lá na Comarca de Peixoto de Azevedo, podendo assim dar condições de atendermos todos aqueles produtores e a nossa região que está em pleno desenvolvimento, que é a região Norte. Não só para V. Ex^a, mas para toda a Bancada aqui, eu gostaria de pedir que se sensibilize e, unida, lute para atingirmos este pleito. Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. BENEDITO PINTO - Deputado Silval Barbosa, eu é que agradeço, nós temos esse compromisso...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO ZOAR A CAMPAINHA) - Informo que V. Ex^a dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. BENEDITO PINTO - Nós temos esse compromisso com o Norte do Estado e sem dúvida vamos lutar, nós precisamos implantar mais três Residências no Estado para descentralizar esse trabalho - que seria as Residências de Juara, que já está criada, de Peixoto de Azevedo e de Confresa, para atender o Baixo Araguaia. Sem dúvida, se não for assim, fica difícil o trabalho de assistência às nossas rodovias.

Portanto, era esse o registro, e quero dizer aos Srs. Deputados que, naturalmente, com essas Residências nós teremos condições de cobrar que as estradas dessas áreas sejam bem tratadas, porque entendo que a região turística do Estado tem que estar preparada para receber os turistas. Nós temos turistas que fazem questão de ir ao Pantanal na época da seca, como também temos turistas que fazem questão de ir ao Pantanal na época da cheia, para ver a extensão de água que existe na Bacia do Paraguai e do Pantanal Mato-grossense. Então, são estradas que devem estar em condições de trafegabilidade durante todos os dias do ano. Não justifica que a Transpantaneira em um período fique intrafegável, porque existem meios para se fazer com que ela tenha normal trafegabilidade todos os dias do ano, tanto no período seco como no período chuvoso.

Então, eu creio que o Governo está preocupado com essa área do Estado, está preocupado com a área ecológica, porque em sua fala o Governador responsabilizou a Residência por todo o cuidado com o meio ambiente, porque nós temos a responsabilidade de crescer, de nos desenvolver, mas com cautela ambiental, cuidando da preservação, a fim de que possamos ter estudos de viabilidade, se tal rodovia precisa ser pavimentada ou se ela, pavimentada, coloca em risco a vida dos animais do Pantanal; se ela, pavimentada, vai trazer prejuízo para o ecossistema; se ela, pavimentada, vai trazer prejuízo para o ser humano. Então, tudo isso tem que estar correlato, Deputado...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. BENEDITO PINTO -...tem que estar uma coisa correndo junto com a outra. Eu agradeço, e um assunto tão importante como este mereceria mais tempo, mas infelizmente o nosso tempo acabou.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Se V. Ex^a desejar usar da palavra por mais um minuto, nós concedemos.

O SR. BENEDITO PINTO - É só para concluir, Sr. Presidente, Deputado Pedro Satélite.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Quero dizer também que esta Residência está à disposição, o Governo colocou isso a todos nós. Eu creio que todos os Srs. Deputados aqui desta Casa amam o Pantanal Mato-grossense, têm orgulho de ter no nosso Estado essa bacia tão importante, e, como eu disse, nós temos que ter todo o cuidado para darmos o desenvolvimento para o Estado, através do turismo, darmos o desenvolvimento econômico para o Estado, mas, também, crescermos com a preservação ambiental, crescermos com a preservação ecológica, crescermos com equilíbrio do ecossistema. E eu tenho certeza de que desta forma nós chegaremos ao bem comum.

Por outro lado, nós continuamos com a nossa batalha junto à Marinha, pedindo que ela normatize, dentro da Bacia do Pantanal,...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. BENEDITO PINTO - ...a capacidade de motor de lancha de passeio, para que possamos, também, preservar os nossos rios. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o Deputado Elarmin Miranda.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Ilustre Presidente, Deputado Pedro Satélite, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, eu gostaria apenas de registrar, em relação ao pronunciamento do Deputado Riva, que o problema das queimadas acaba criando uma situação extremamente paradoxal. Primeiro, porque a reforma agrária é uma necessidade. Ninguém, em sã consciência, discute que a reforma agrária tem que avançar, ela precisa avançar mais. A reforma agrária não é um problema ideológico, mas é um problema econômico, é um problema social. E o INCRA continua desapropriando terras, com absoluta justiça - deveria ser mais rápido, desapropria com muito vagar -, mas, na mesma proporção em que desapropria, leva os trabalhadores para a terra e não libera recurso nenhum. Quando o Governo central não libera recursos para o pequeno trabalhador que ele assenta, aí é que está o paradoxo: se ele não pode desmatar um hectare para plantar agora, com certeza ele vai passar necessidade, e ainda que desmatasse um hectare, dois ou três, ainda que queimasse, ele passaria necessidade. E por que isso? Porque este Governo não tem como prioridade o homem, este Governo não tem como meta dar condições de dignidade ao homem.

E eu entendo que o País atravessa, Deputado Pedro Satélite, que preside esta Sessão, um momento muito fértil. Ao que me consta nunca se discutiu tanto, como se discute hoje, a posição do Poder Judiciário. E isso é um sinal positivo. Nunca se discutiu tanto, como se discute hoje, a função do Poder Legislativo e a função do Poder Executivo.

Com relação às queimadas, o que nós percebemos é que o Governo central reduziu os recursos este ano, substancialmente; reduziu o número de trabalhadores a serem assentados; e o que é mais grave: se o proíbe de queimar um ou dois hectares não tem como ele viver. Aliás, não é preciso nem falarmos em assentamento, Deputado Hermínio J. Barreto, veja que hoje Mato Grosso tem dez mil famílias acampadas, vivendo como animais, sem nenhum conforto do Poder Público. E este Governo central insiste em falar que está fazendo reforma agrária! Se nós Parlamentares saíssemos daqui e visitássemos agora os acampamentos, provavelmente as nossas consciências ficariam muito mais intranqüilas. E este Governo, com o neoliberalismo, caminha para assolar, para maltratar, para denegrir! Não basta entregar o poder, Deputada Serys Slhessarenko; não basta entregar nossa riqueza; temos que entregar o sangue daqueles que nasceram pobres! Temos que entregar o sangue do negro, que é discriminado; o sangue do trabalhador; o sangue da mulher, que tem que

amamentar e não tem leite porque não tem o que comer! Não basta ao Fernando Henrique ter entregue as riquezas nacionais! Não basta ter vendido as obras, Deputado Gilney Viana, que nós construímos; ele quer agora, também, entregar a vida daqueles que nasceram pobres!

Este País é muito injusto! Extremamente injusto! Está formado o neoliberalismo! E o neoliberalismo só permite aos grandes viver bem, aos pequenos não! E mais ainda, o neoliberalismo é tão ruim, é tão triste, que nós sabemos que o fosso que separa o rico do pobre vai ser aprofundado este ano - e esse fosso vai aumentar muito mais no ano que vem. E aí se fala em reforma agrária, e a reforma agrária não avança porque o Poder Central não tem interesse que a Reforma Agrária caminhe. Tem interesse, sim, em vender as empresas nacionais para as multinacionais, por um preço irrisório, e a reforma agrária, que é uma das únicas coisas que este Governo poderia fazer, ele não será capaz de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada e Srs. Deputados, eu estou apresentando dois requerimentos, um pedindo audiência pública sobre a implantação da Hidrovia Araguaia/Tocantins, dirigida ao Deputado Silval Barbosa, Presidente da Comissão de Terras e Meio Ambiente; e o outro, dirigido ao Deputado José Carlos Freitas, Presidente da Comissão de Agropecuária, Indústria e Comércio, solicitando uma audiência sobre o Sistema Integrado de Produção da Sadia.

1º) O Deputado Gilney Viana, de acordo com os termos regimentais, requer, ouvido o soberano Plenário, a realização de uma audiência pública, em data e horário a serem definidos, para conhecermos, debatermos e questionarmos o EIA/RIMA, referente à implantação da Hidrovia Araguaia/Tocantins.

JUSTIFICATIVA

O estudo sobre a implantação da Hidrovia Araguaia/Tocantins continua em processo de análise. Nesse sentido, a versão oficial do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA ficou acessível ao público, através do IBAMA. Assim, esta audiência visa proporcionar a Vossas Excelências e à população do Estado conhecimento sobre a implantação do projeto de transporte mais polêmico do País, que atinge substancialmente o meio ambiente do Estado de Mato Grosso.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em 15 de setembro de 1999.

Deputado GILNEY VIANA - PT

2º) O Deputado Gilney Viana, de acordo com os termos regimentais, requer, ouvido o soberano Plenário, a realização de uma audiência pública, em data e horário a serem definidos, com o objetivo de obter informações sobre o funcionamento do Sistema de Produção Integrada da Sadia.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

O Deputado, através dos pequenos produtores da região, obteve algumas informações sobre o sistema citado acima que necessitam ser esclarecidas, por essa razão requer esta audiência pública, objetivando conhecer com maior profundidade a situação estrutural do sistema, a situação financeira dos produtores integrados e a forma de financiamento e suas conseqüências.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 15 de setembro de 1999.
Deputado GILNEY VIANA - PT

Eu gostaria de falar sobre vários temas, mas o primeiro que quero deixar bem registrado aqui - infelizmente a Liderança do Governo não está presente, mas tem liderados -, é que a Liderança está sabotando, literalmente está sabotando, sistematicamente, a tramitação do nosso Projeto de Emenda Constitucional que reformula os critérios do ICMS pertencentes aos Municípios.

O Líder do Governo alega que precisa consultar o Governador e o Secretário. Eu não sou contra ele consultar quem ele bem entender, eu acho até que se eu fosse o Líder de um Governo, talvez consultasse também, mas o que ele não pode é ficar torpedeando o Processo Legislativo em função de uma consulta que nunca volta, só tem ida, não tem volta. E aqui eu me valho dos Deputados Governistas para falar que esse tipo de atitude não é legal, não é atitude correta, não é atitude de respeito mútuo que tem que se estabelecer entre a maioria e a minoria aqui na Casa. Já disse e repito que não temos problema em ser derrotados, isso é inerente à correlação de forças, agora, o que nós não podemos suportar é o engodo, o engano e a tentativa de passar “diploma de burro” para nós outros. Então, o Líder do Governo está devendo. Todo dia que eu puder, eu vou cobrar aqui.

Finalmente, eu quero terminar, dizendo que Mato Grosso está de luto e está envergonhado - de luto e envergonhado! De luto pelo assassinato do Juiz Leopoldino Marques do Amaral, que provocou a cidadania mato-grossense. Inclusive, eu convido todos os Srs. Deputados que queiram participar da luta em defesa da Justiça, da integridade do Poder Judiciário, para uma reunião amanhã, às 15:00 horas, na OAB. Não é uma reunião do Partido dos Trabalhadores, para esta reunião nós vamos convidar a FIEMT, a Maçonaria, os clubes de serviços, a OAB - que está inclusive cedendo a sua sede -, a CUT, os sindicatos, as Universidades. Então, é um processo de unificação, para dizer ao Poder Judiciário que nós, a cidadania, estamos preocupados. Não só estamos de luto, mas preocupados e, ao mesmo tempo, envergonhados. Envergonhados, sabem por quê? Porque Mato Grosso está exposto à execração pública nacional e internacional. Envergonhados, porque nós não conseguimos apurar denúncias. Envergonhados, porque um Juiz acusa um Desembargador, um Desembargador acusa um Juiz, e virou uma zorra total este Estado...

A Sr^a Serys Shessarenko (DE SUA BANCADA) - E o Juiz está morto!

O SR. GILNEY VIANA - E envergonhados, porque a lógica da cidadania, da democracia é substituída pela lógica da violência, a lógica daqueles que querem calar quem denuncia...

O Sr. Moacir Pires - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GILNEY VIANA - Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Moacir Pires - Deputado Gilney Viana, Mato Grosso precisa esclarecer vários fatos, vários crimes que aconteceram ao longo do tempo e que até hoje não foram esclarecidos: o caso Cristiane; os casos de prefeitos que estão sendo mortos; o caso, há quinze

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

dias, do nosso querido amigo Vereador Juca, de Nossa Senhora do Livramento; o caso Lauro; o caso do Capitão Camargo...

Então, Deputado, há vários assuntos que levam Mato Grosso a estar em luto. É preciso, nós queremos, a sociedade exige um esclarecimento da Polícia Federal e da Polícia Estadual, e que a CPI se estenda. A sociedade espera isso e esta Casa de Leis, a Assembléia Legislativa, eu tenho certeza de que os vinte e quatro Parlamentares querem que isso aconteça.

Está existindo, com a morte do Juiz Leopoldino Marques do Amaral, um grande manifesto, porque a sociedade quer que se dê um basta nisso. Mato Grosso não pode virar o Estado do Texas, um Estado onde o crime é a lei do mais forte, do mais corajoso.

E é preciso dizer, Sr. Deputado - é bom que todos saibam, porque está havendo um equívoco - que antes de o Juiz Leopoldino Marques do Amaral denunciar, ele já estava sendo investigado. Então, para não ter essa troca... Hoje se tem a mania de alguém falar mal de uma pessoa e outra vir com uma outra resposta, você joga uma pedra no meu telhado e eu joga uma no seu, é a lei da ação e reação. Nós queremos, sim, Deputado Gilney Viana, eu quero, a Assembléia Legislativa quer e o povo mato-grossense quer - o povo brasileiro já não agüenta mais...

O que nós não podemos deixar é que Mato Grosso se torne o bode expiatório do Brasil. Começaram a investigar um Juiz lá em São Paulo, foram esbarrando em Deputados Federais e em Senadores, esbarraram na Presidência da República, esqueceram o caso, e pegaram Mato Grosso para ser o bode expiatório. Precisa começar e terminar em São Paulo, para dar exemplo, e não em Mato Grosso, que só tem um milhão e meio de votos, enquanto São Paulo tem vinte e cinco milhões de votos - Mato Grosso não pode ser o bode expiatório para o resto do Brasil, não! Tem que ser feita uma CPI séria, honesta, para todo o Brasil, e a partir daí haver um choque entre o Parlamento, o Executivo e o Judiciário, para que o povo brasileiro, os políticos, os Juizes, os Desembargadores, os senhores advogados criem vergonha na cara e levem o Brasil mais a sério. É esse o choque que o Brasil precisa.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. GILNEY VIANA – Obrigado, Deputado Moacir Pires.

Deputado, eu concordo com V. Ex^a na generalidade, mas é preciso não termos um raciocínio que ignora que certos fatos se sobreponham a outros pelo seu simbolismo. O caso do Juiz é assim. Às vezes, é um fato que... Não precisava ser o Juiz, podia ser outro, mas chega um momento que culmina num processo e desencadeia uma reação da opinião pública. É o que está acontecendo com o caso. Poderia ser o caso do nobre Vereador Juca, de Nossa Senhora do Livramento, que é também um crime bárbaro, de igual natureza, hediondo, mas existe um inconsciente coletivo que é provocado e entra em erupção em determinadas circunstâncias e momentos. É o que ocorreu com o caso do assassinato do Juiz. Isto não nos leva a menosprezar os outros fatos anteriores, mas nos leva à seguinte conclusão: em determinado momento, a cidadania é acordada e ela vai às ruas, é o que está acontecendo.

E eu quero dizer - infelizmente a Assembléia Legislativa já está um tanto vazia, mas vale o registro para os Anais, e a platéia está também bem reduzida nas galerias - que vai acontecer uma grande manifestação aqui em Mato Grosso. Não se enganem, Senhores! Nós, aqueles que não estão com medo, ou mesmo os que estão com medo - às vezes o medo também nos leva à luta, eu já conheci gente que teve medo e que fez grandes ações

revolucionárias, grandes ações por este País, então, não é o problema de não ter medo, é não ter pânico, mesmo tendo medo se faz as coisas que a consciência manda...

E V. Ex^{as} não se enganem, o estudantado de direito das três universidades está se unindo para fazer uma manifestação, onde já se viu isso? V. Ex^{as} nunca viram isso em Mato Grosso, em Cuiabá!

Ah, V. Ex^{as} estão pensando que é o PT, que é o Deputado Gilney Viana, que é a Deputada Serys Slhessarenko, que estão organizando isso? V. Ex^{as} estão por fora! Ah, se nós tivéssemos esse poder, nós teríamos nos mobilizado para derrubar o Dante de Oliveira, o Fernando Henrique. Não é nada disso, Senhores! Pelo amor de Deus, não simplifiquem! Os fatos psicossociais têm uma dinâmica. O que nós fazemos é ir lá para ajudar. Vamos lá, vamos carregar a bandeira, pegar um lugarzinho para carregar a nossa bandeira vermelha. Tem muitas bandeiras aí, e cabe todo mundo nesta luta. Cabe o PSDB, o PPS - agora o PPS está com essa aba toda, com tantos camaradas novos... Cabe! Cabem todos eles! Cabem até o PSDB, o PSB, o PFL, todo mundo, porque a indignação do eleitorado não tem partido. Se equivocam aqueles que vão ver lá dez mil. Olhem o vaticínio! Nós vamos, nós, o coletivo, não somos nós do PT, não! As ruas de Mato Grosso vão ver dez mil marchar pedindo para a Justiça mostrar a sua cara, pedindo Justiça! Pedindo que se esclareçam as denúncias! Pedindo segurança, porque as pessoas ficam inseguras se o sistema judiciário fica desacreditado.

Então, é esse tipo de coisa que nós não podemos confundir. Claro que tem outros crimes, tem! Claro que são hediondos, são! Claro que o juiz está sendo investigado, também está! Mas isso não anula o simbolismo, é um simbolismo macabro o da sua morte, que faz suscitar a sensibilidade da cidadania e faz mostrar que o povo de Mato Grosso tem limites para a tolerância do descabro, da injustiça e da violência. E é por isso que eu também tenho a esperança de que o nosso mandato valha para alguma coisa aqui na Assembléia Legislativa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Nós apenas informamos a V. Ex^a, nobre Deputado Gilney Viana, quanto ao seu pedido, à sua manifestação na tribuna, que foi pedido vista pelo Deputado Rene Barbour, Líder do Governo na Assembléia, ao seu Projeto de Emenda Constitucional. Nós determinamos à Consultoria Técnico-Jurídica, conforme o Regimento Interno, que peça ao nobre Deputado Rene Barbour que devolva o Projeto à Casa, haja vista que o prazo máximo para o pedido de vista são cinco dias, e já passou esse prazo. Então, determinamos à Consultoria Técnico-Jurídica que peça ao Deputado Rene Barbour que devolva o Projeto à Casa, para que possamos tomar as devidas providências.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Pedro Satélite e André Bringsken; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro e Moacir Pires; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Slhessarenko; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Elarmin Miranda; da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - Joaquim Sucena; do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania - Carlão Nascimento (PSDB), Jair Mariano (PPS), Riva (PSDB) e Nilson Leitão (PSDB); do Bloco Parlamentar Autonomia - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA), Hermínio J. Barreto (PL), Silval Barbosa (PTB) e Wilson Teixeira Dentinho (PSDB); sem filiação partidária - Romoaldo Júnior.

Deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Carlos Brito, do PSDB; José Carlos Freitas, do PPB; Milton Rodrigues, do PSD; Alencar Soares (PSDB - EM MISSÃO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1999, ÀS
08:00 HORAS.

OFICIAL) e Rene Barbour (PSDB), do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania; e Humberto Bosaipo, sem filiação partidária.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco todos para a próxima, à noite, no horário regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.